

O IMPEACHMENT COMO INTERESSE DE DEBATE NO FACEBOOK: O ENGAJAMENTO POR MEIO DE COMENTÁRIOS EM *POSTS* SOBRE O TEMA

Fernanda Cavassana de Carvalho¹ e Giulia Sbaraini Fontes²

Resumo:

Tendo como embasamento teórico a literatura sobre participação política *online* e redes sociais, este trabalho se propõe a analisar qual foi o engajamento dos internautas em *posts* no Facebook acerca do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. O *corpus* é constituído por 44.150 postagens feitas nas *fanpages* dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* entre dezembro de 2015 e julho de 2016. Observou-se que estes *posts*, apesar de representarem um pequeno número em relação ao total de publicações, tiveram maior engajamento dos usuários do que as postagens destinadas a outros temas.

Palavras-chave: Engajamento. Participação Política. Facebook. *Impeachment*. Dilma Rousseff.

Introdução

A democracia brasileira enfrentou seu segundo processo de impedimento de um presidente eleito diretamente pela população³. Tudo começou quando, em meio a uma conjuntura de crise econômica, o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB/RJ) aceitou, no dia 2 de dezembro de 2015, o pedido de afastamento da presidente apresentado pelos juristas Janaina Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale. Baseado em supostos descumprimentos da lei de responsabilidade fiscal, o pedido foi acolhido por Cunha depois que ele havia cortado relações com o governo e, sem sucesso, barganhado votos do Partido dos Trabalhadores para impedir o prosseguimento da sua cassação no Conselho de Ética da Câmara.

A partir daí, o pedido começou a tramitar e, depois que os deputados aprovaram o seu prosseguimento, chegou ao Senado. No dia 12 de maio de 2016, os senadores votaram pela abertura do processo de *impeachment* e, com isso, Dilma Rousseff foi afastada do cargo até o

¹ Mestre em Comunicação e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP/UFPR). E-mail: fercavassana@hotmail.com.

² Mestranda em Ciência Política e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPR. Membro do CPOP/UFPR. E-mail: giuliasfontes@gmail.com.

³ No link <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/o-impeachment-de-dilma/#a-criatura-e-criador> é possível ver um panorama do processo. Acesso em 31 de agosto de 2016.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

juízo final, que aconteceu no dia 31 de agosto do mesmo ano. Nesse período o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o posto e, depois do julgamento, tornou-se oficialmente presidente do país.

Nesta conjuntura, o presente artigo tem como objetivo verificar como se deu a participação do brasileiro em debates *online* – especificamente dentro da rede social digital Facebook –, por meio de comentários, durante o andamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A hipótese que conduz a análise empírica é de que o tema do impedimento da presidente suscita maior participação dos webleitores dos jornais brasileiros em discussões na rede social.

O recorte se dá nos *posts*, e comentários feitos a eles, nas *fanpages* dos *quality papers* nacionais – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – de dezembro de 2016, quando o processo de *impeachment* é aceito, ao final de julho de 2016, quando o mesmo se aproxima da fase final. O *corpus* compreende 44.150 postagens jornalísticas, que receberam aproximadamente 8,9 milhões de comentários nos oito meses considerados. A partir disso, são distinguidas as publicações que tratam especificamente do processo de *impeachment* das demais, tratando-se metodologicamente de uma análise de conteúdo descritiva quantitativamente.

Justifica-se essa análise não só pela importância histórica do atual momento político, mas também por considerar como pressuposto o papel e a importância das principais instituições jornalísticas⁴ inseridas nesse processo e a participação dos brasileiros em discussões políticas em ambientes *online*. Justifica-se também a escolha do Facebook por este ser a rede social mais utilizada pelos internautas brasileiros (na Pesquisa de Mídia Brasileira de 2015, 83% dos entrevistados disseram usar a plataforma como rede social e para troca de mensagens) tanto para entretenimento, quanto para busca de informações, inclusive políticas (BRASIL, 2014).

O *paper* segue dividido em três partes. A primeira volta-se à discussão teórica sobre participação política, seguida do tópico que elenca questões sobre debate público e conversação política *online*. A terceira parte do trabalho é voltada à análise empírica, apresentando

⁴ Ressalta-se que não é foco, tampouco objetivo deste trabalho, a discussão ou análise dos processos de produção e difusão jornalística no período.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

primeiramente o percurso metodológico e, depois, discorrendo sobre as informações e os dados encontrados.

1. A participação política nas democracias representativas

O termo “participação política”, de acordo com Bragatto (2008), é utilizado de forma generalizada, contemplando diversas interpretações. A falta de precisão teórica se dá, de acordo com a autora, por conta da variedade de concepções de democracia vinculadas à ideia de participação. As variações não concernem somente o que pode ser considerado participação popular dentro de uma democracia, mas também o quanto a sua existência é benéfica para o sistema.

Carpentier (2012) aponta para um caminho pautado pela ideia de um balanço entre a representação e a participação, em que a última concerne “o envolvimento dos cidadãos com a política institucionalizada” (p. 166, tradução nossa). Apesar de salientar que a política em uma democracia vai além dos muros institucionais, o autor afirma que a chave para o conceito está na distribuição de poder em uma sociedade. Isso implica na inclusão dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, passando pela delegação de poder que ocorre no modelo representativo. Outro ponto chave para Carpentier (2012) é a distinção entre os termos participação, interação e acesso. No contexto proposto por ele os dois últimos termos são condições para que a participação aconteça. Três associações são úteis para entender o cenário: o acesso se relaciona à presença em determinada arena; a interação, a relações sócio-comunicativas; e, por fim, a participação implica em processos de co-decisão.

Nas democracias representativas se coloca o problema do descolamento da atuação dos representantes eleitos em relação ao interesse público. A participação ficaria restrita, assim, ao momento da eleição. Gomes (2011) aponta, entretanto, que é importante ter em vista que “a participação não é um valor democrático por ser um valor em si mesmo, mas apenas na medida em que pode produzir algum benefício para a comunidade política” (p. 06).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

O importante, nesse contexto, é que o cidadão disponha dos meios para participar quando se vê diante de uma oportunidade para tal. A oportunidade, nesse contexto, é vista como “aquela conjunção de ocasiões e circunstâncias em que meios podem produzir fins desejáveis de maneira que os custos (a energia despendida, por exemplo) sejam largamente recompensados pelos benefícios (recompensas decorrentes de se alcançar a finalidade da ação)” (GOMES, 2011, p. 12). Um ponto importante, nesse contexto, é a efetividade da participação, ou seja, sua capacidade de produzir efeitos sobre os processos decisórios envolvidos.

Dentro do panorama da democracia deliberativa, entretanto, tem-se como pressuposto que a participação deve ser ampliada, tendo em vista a importância da deliberação pública para a legitimação da decisão política (MARQUES, 2008). Neste contexto três aspectos são importantes: a existência de mecanismos adequados para que os cidadãos possam participar; condições socioeconômicas que permitam que o principal fator levado em conta no processo de deliberação sejam os argumentos apresentados e não o status de cada indivíduo; e, por fim, os constrangimentos a que é submetida a participação dos indivíduos.

O que os autores (...) querem enfatizar se encontra na ideia de que a possibilidade de legitimação democrática no deliberacionismo se refere tanto aos métodos e às formas pelos quais o debate público é encaminhado quanto à substância, ou seja, o conteúdo dos argumentos em jogo, bem como das decisões tomadas. (MARQUES, 2008, p. 98).

Nesse cenário se tornam importantes conceitos como o de reciprocidade, que concerne a manutenção do respeito entre os indivíduos que participam do debate e o estabelecimento de um diálogo entre eles. Outros dois princípios são importantes: o da publicidade, que compreende a utilização de justificações públicas para os argumentos apresentados, e o da *accountability*, que atribui aos participantes da arena de deliberação a responsabilidade pelas consequências das políticas acordadas (MARQUES, 2008).

A popularização da internet e a possibilidade do desenvolvimento de ferramentas digitais que fossem novas arenas de deliberação e espaços para a participação política causou euforia por um

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

lado e, por outro, descrença (Sampaio, 2010, aborda os dois extremos e propõe uma visão intermediária sobre o assunto). No contexto brasileiro, Marques (2016) cita exemplos de ferramentas para a e-participação que tiveram efeitos sobre políticas institucionais, como a consulta sobre o Marco Civil da Internet⁵.

2. Debate público e conversação política *online*

A partir da conversação cotidiana online, os indivíduos “trocam suas opiniões e perspectivas, negociam o valor e o tratamento que dispensam uns aos outros, disputam a relevância dos acontecimentos tendo em vista suas afiliações e diferenças, e definem o que querem para si e para os outros” (MAIA; REZENDE, 2015, p.493).

Maia et. al. (2015) já trabalharam e demonstraram diferenças entre deliberação e conversação informal. O ensaio bibliográfico das autoras considera a importância de se abordar espaços diferentes de conversação na web, cada qual com suas respectivas características. Parte-se da noção de sistema deliberativo, justificando a abordagem porque, nela, a conversação cotidiana é considerada uma etapa fundamental do complexo processo e também da própria participação cívica. Maia et. al (2015) ainda admitem que os critérios de deliberação são muito raros e exigentes e que os ambientes digitais considerados podem não permitir que haja deliberação neles, contudo, que o embasamento, para análise dessas conversações a partir de critérios da deliberação se torna útil para refletir se tais práticas de interação *online* facilitam ou dificultam processo de deliberação.

Está posto que a internet amplia os espaços para discussão pública, o que pode ser observado na dimensão política através da amplificação de debates e ativismo nas diversas plataformas da *web*. O que faz com que pesquisas sobre o ambiente *online* e sua relação com a prática política individual mantenham-se importantes são, essencialmente, os constantes avanços tecnológicos e a ampliação no consumo dos meios e ferramentas *online*, enquanto veículo de

⁵ Estudos sobre o processo de consulta a respeito do Marco Civil foram feitos em artigos como o de Bragatto *et al.* (2015).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

divulgação de produção e de fonte de informação. Tal ampliação dos espaços digitais, no entanto, não implica diretamente no estabelecimento de uma nova esfera pública deliberativa. Podemos considerá-los apenas novos espaços de acesso público, que tendem a facilitar a participação das pessoas à informação e aos debates, promovendo, portanto, maior acesso à discussão.

Deve-se ter, pois, em mente que a internet tem o potencial de ampliar a esfera pública – especialmente pela grande disponibilidade de acesso às informações, inclusive plurais – mas isso não gera efeitos diretos na quantidade de cidadãos informados e politicamente ativos. Tampouco os que têm o interesse em participar possuem os mesmos direitos e acesso a essa promessa de participação, pois ainda há um controle hierárquico de acesso a esse debate e até mesmo de participação nele (BARTON, 2005; HINDMAN, 2009; PAPACHARISSI, 2002). Além disso, a possibilidade de participar de debates *online* proporciona maiores independência e capacidade crítica dos cidadãos, mas as características de descentralização da produção e difusão de informações na internet, bem como outras características da comunicação em rede e a estrutura específicas de cada plataforma, não retirou completamente o papel dos grandes veículos na alimentação desse debate.

Algumas análises já identificaram características da atuação do público brasileiro por meio de comentários na web em portais jornalísticos (CERVI, 2013; SAMPAIO E BARROS, 2010), em websites partidários (MASSUCHIN E CAMPOS-DOMINGUÉZ, 2016), e em redes digitais de relacionamento como o Twitter e Facebook (ITUASSU E LIFSCHITZ, 2015; MITOZO *et al.*, 2015). Outras têm apontado que a preferência do público na internet e em portais informativos é por temas de entretenimento (HENSINGER *et al.* 2012; ZAGO e BASTOS, 2013).

Para Aldé (2011), geralmente o internauta passa a ter mais acesso às informações políticas na internet, mas só se torna um agente participativo nas chamadas “ondas” de interesse, como nos períodos mais próximos às decisões eleitorais. Diante disso, no que tange especificamente a este trabalho, o processo de *impeachment* poderá ser considerado: 1) uma onda de interesse que desperta a ação do webleitor dos jornais brasileiros e o leva a comentar na publicação e contribuir com o debate ali estabelecido, ou; 2) constituído por determinadas ondas de interesse

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

que se destacam ao longo do desenvolvimento do processo, no decorrer dos oito meses considerados aqui.

3. O processo *impeachment* de Dilma Rousseff comentado no Facebook

Como já mencionado, para averiguar se o processo de *impeachment* enquanto tema estimulou a participação de brasileiros em espaços *online* de debate público – considerados aqui os comentários no Facebook – optou-se por considerar como unidade de análise todas as postagens feitas pelos três principais jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – em suas respectivas *fanpages*. Os dados foram obtidos por meio do aplicativo Netvizz⁶, presente na própria plataforma Facebook.

Após a composição do banco de dados, as 44.150 postagens feitas pelos três jornais durante os oito meses considerados (dezembro de 2015 a julho de 2016) foram categorizadas, diferenciando aquelas que tratavam especificamente do processo de impedimento da Presidente da República das demais. A categorização se deu considerando a presença ou a ausência textual das palavras “Dilma” ou “Impeachment” nos *posts*⁷.

A Tabela 1, abaixo, descreve os primeiros dados, com a comparação direta entre os três jornais que tiveram suas publicações consideradas. A primeira observação a ser feita é que as postagens que tratavam textualmente do processo de impeachment representam muito pouco, no máximo 5%, das publicações de cada um dos jornais no período. O resultado já era esperado considerando o longo período de tempo desta análise, as diversas pautas e temáticas que disputam a agenda dos veículos – ressaltando ainda, que as *fanpages* desses veículos garantem espaço para divulgação das notícias e produções de todas as editorias de seus portais, não se restringindo, portanto, à política.

⁶ Disponível em: <https://apps.facebook.com/netvizz>.

⁷ Destaca-se que os *posts* coletados pelo Netvizz descrevem as publicações textuais, os endereços de links, imagens e/ou vídeo na plataforma. Portanto, são consideradas a presença e a ausência das palavras somente nos textos postados diretamente no Facebook. Destaca-se, ainda, que se optou por considerar também a menção textual de “Dilma” justamente por abranger todo o período em que o processo para impedimento da presidente estava em curso.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Tab. 1 - Posts sobre "Dilma/Impeachment" por jornal

		Dilma Impeachment		Total
		Não	Sim	
Jornal	O Estado de S. Paulo	14354 (95%)	761(5%)	15115
	Folha de S.Paulo	14786 (96%)	596 (4%)	15382
	O Globo	13281 (97%)	372 (3%)	13653
Total		42421 (96%)	1729 (4%)	44150

Fonte: as autoras (2016).

Por mais que os percentuais sejam próximos para os três jornais, outra informação que a Tabela 1 nos dá é a de que, comparativamente, *O Globo* pautou menos, textualmente, o tema em sua *timeline*. Com apenas 372 publicações mencionando Dilma ou o *impeachment* em seus posts, isso representa quase metade do que foi totalizado no *O Estado de S. Paulo*. Já a Tabela 2 a seguir detalha como a temática se distribuiu ao longo dos oito meses. Reforça-se que esses dados representam todas as publicações mensais e não uma média diária ou uma mensuração específica dos dias em que houve posts que mencionavam o processo.

Tab 2 - Posts sobre "Dilma/Impeachment" por jornal e mês

	O Estado de S. Paulo		Folha de S.Paulo		O Globo	
	Dilma Impeachment		Dilma Impeachment		Dilma Impeachment	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Dez	1337	58	1602	74	1284	43
Jan	1709	16	2141	25	1610	10
Fev	1673	47	1977	46	1611	15
Mar	1895	168	2021	142	1855	71
Abr	1694	286	1902	180	1585	118
Mai	1908	111	1684	91	1770	71
Jun	2039	42	1702	28	1917	25
Jul	2099	33	1757	10	1649	19
Total	14354	761	14786	596	13281	372

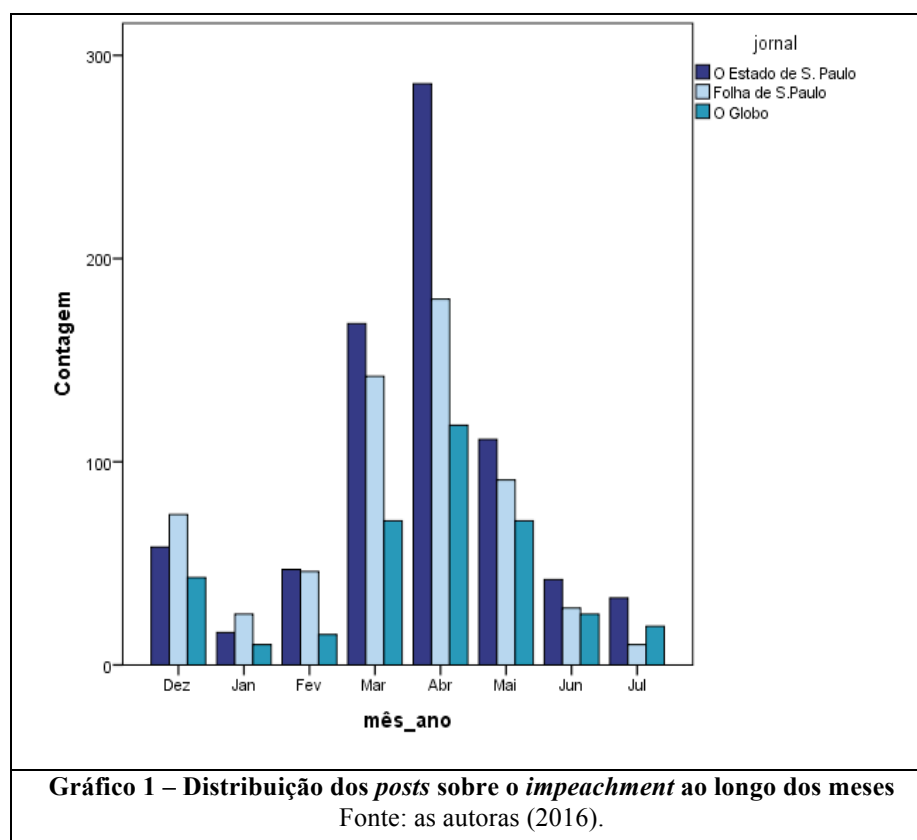
Fonte: as autoras (2016).

O principal destaque aqui é que não há grandes diferenças entre os jornais ao tratar sobre o processo ao longo desse período, levando-nos à consideração de que a agenda do processo pautou a abordagem jornalística. Verifica-se, por exemplo, que Dilma e o próprio *impeachment* são mencionados nos posts especialmente nos períodos de destaque do processo, como nos

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

meses de março e abril, quando a Câmara dos Deputados formou a comissão para avaliar o pedido de afastamento e, também, aprovou a sua continuidade. Em *O Globo* o mês de maio, quando a presidente foi afastada de suas funções, também aparece entre os que têm mais posts com os termos já citados.

O gráfico 1, abaixo, ilustra visualmente e comparativamente como se deu essa distribuição. É possível observar os picos em que se destacam a quantidade de publicações sobre o *impeachment* ao longo do tempo. Chama a atenção o fato do jornal *O Estado de S. Paulo* estar à frente dos demais nos meses com mais *posts* e, em abril, pela alta quantidade de publicações em relação à *Folha de S. Paulo* e a *O Globo*.



Passando para a quantidade de comentários feitos a essas publicações, a Tabela 3 resume as estatísticas descritivas comparando, novamente, as publicações voltadas ao *impeachment* das demais. Verifica-se que, nos três jornais, há grandes diferenças entre as médias e medianas de comentários nos dois tipos de posts considerados. As publicações sobre o processo de impedimento de Dilma registraram o dobro de média no *O Estado de S. Paulo* e na *Folha de S. Paulo* e uma média 2,8 vezes superior em *O Globo*, na comparação com a média de comentários nos demais *posts*.

Tab. 3 - Estatísticas descritivas básicas de comentários por jornal e tema

		Dilma Impeachment					
		Não			Sim		
		Média	Mediana	Soma	Média	Mediana	Soma
Jornal	<i>O Estado de S. Paulo</i>	175	75	2511446	340	193	258993
	<i>Folha de S. Paulo</i>	225	97	3326399	408	250	243161
	<i>O Globo</i>	179	69	2371025	507	214	188557

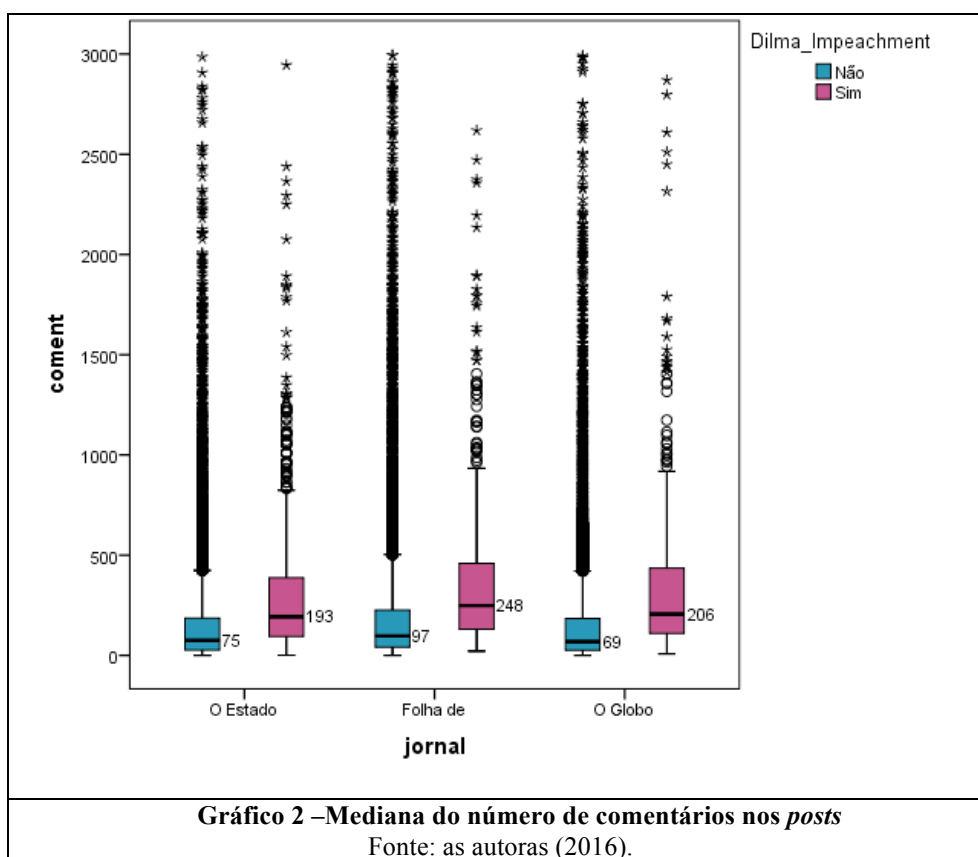
Fonte: as autoras (2016).

Já a mediana representa o ponto que delimita a metade superior dos dados – neste caso os posts que receberam as maiores quantidades de comentários – da metade inferior – aquelas postagens que totalizaram os menores números de comentários do público. Desta forma, possibilita uma comparação mais sólida, considerando a nossa unidade de análise nesta etapa: o total de comentários nos *posts*. A própria estruturação da plataforma, espaço destinado aos comentários no Facebook, neste caso, conduz à grande variabilidade entre os dados considerados aqui, pois não há histórico que registre limitação da quantidade de comentários.

Entre os jornais, não há grandes diferenças comparativas em nenhum dos casos. Já na comparação direta entre as medianas dos dois tipos de publicações categorizados, encontram-se diferenças importantes. A mediana do total de comentários em posts do *O Estado de S. Paulo* é 2,5 vezes superior à mediana das demais postagens do jornal, mesma diferença encontrada comparativamente para as duas categorias na *Folha de S. Paulo*. Novamente há destaque para os comentários em *O Globo*, cuja mediana é três vezes maior no caso das publicações do nosso

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

tema de interesse. O gráfico 2, abaixo, torna mais nítida a diferença entre a quantidade de comentários feitos às postagens sobre o *impeachment* e as postagens sobre outros temas nos três jornais.



A superioridade de participação dos webleitores em postagens sobre o *impeachment* de Dilma é ressaltada pelos tamanhos das caixas que tratam desse tema. Aqui, interessa a comparação direta entre as caixas representadas, pois cada uma delas representa 50% do total de casos categorizados em suas respectivas representações. Essa comparação demonstra, mais uma vez, que a maioria dos comentários sobre o *impeachment* apresenta de duas a três vezes mais comentários que a maioria das publicações sobre os demais temas tratados nos posts jornalísticos nesse período, o que ocorre nos três jornais. Os dados nos levam à confirmação da hipótese

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

inicial, de que houve maior participação, por meio de comentários nas *fanpages* jornalísticas, quando a pauta abordada era o processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Considerações Finais

Este *paper* alinha-se aos estudos em comunicação política, campo que abarca diversas interfaces e teorias, sendo reconhecidos, aqui, os limites analíticos e teóricos deste trabalho – no que tange à participação e ao debate políticos – diante do objeto empírico e recortes analisados. Destacadas essas considerações, a hipótese que orientou a análise foi confirmada: os *posts* jornalísticos que tratavam sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff geraram maior participação do webleitor no debate *online* por meio de comentários.

Verificou-se, a partir da análise, que estas publicações obtiveram maior engajamento dos leitores no Facebook quando comparadas às demais postagens, que não tratavam do tema. Contudo, não tratamos, aqui, do teor destes comentários, tampouco do potencial para fomentar o debate público. A análise também demonstrou que por mais que o tema ganhe a atenção do pública e tenha longa duração, abarcando quase um ano de cobertura, alguns pontos ganharam mais destaque na agenda jornalística e, conseqüentemente, estimulando a participação dos internautas. Assim, não se pode caracterizar o processo como uma única “onda” de interesse político dos brasileiros, justamente por ser composto por outras tantas “ondas” temporais, como foi demonstrado.

Análises futuras desta pesquisa em andamento podem agregar novas informações sobre a agenda temática jornalística, ainda que no Facebook, durante todo o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff – considerando que o mês de agosto de 2016 não foi contemplado nesta análise. Além disso, é possível se aprofundar sobre as características desses comentários e identificar níveis de debate, ao verificar, por exemplo, se os mesmos buscavam uma interação e o diálogo com outros webleitores, ou se a participação se restringiu a comentários vazios de conteúdo e monológicos.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Referências

ALDÉ, A. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião pública na internet. **Revista USP**. São Paulo, n.90, junho/agosto 2011. p. 24-41.

BRAGATTO, R. C. **Política e internet: oportunidades de participação democrática nos portais dos executivos nacionais dos seis maiores países sul-americanos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

_____; NICOLÁS, M. A.; SAMPAIO, R. C. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta *online* sobre o Marco Civil da Internet. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 29, p. 125-150, jan./abr. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

CARPENTIER, Nico. The concept of participation. If they have access and Interact, do they really participate? **Revista Fronteiras**, v.14, n.2, p. 164-177, maio/agosto. 2012.

CERVI, E. U. Como os webleitores do Estadão comentaram a eleição de Dilma Rousseff em 2010. **Explanans**, 2013.

GOMES, W. Participação Política Online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

HINDMAN, M. **The myth of digital democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

ITUASSU, A., LIFSCHITZ, S. Temas e Mídia em #Eleições2014: Twitter, opinião pública e comunicação política no contexto eleitoral brasileiro. **E-compós**, Brasília, v.18, n.2, 2015.

MAIA, R. REZENDE, T. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. **Intexto**, n.34, 2015. pp. 492-512

MARQUES, F. P. J. **Ciberpolítica – conceitos e experiências**. Salvador: Edufba, 2016.

_____. **Participação política na internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

MASSUCHIN, M. G.; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E. Elecciones de Brasil en 2014: las webs de los candidatos presidenciales como herramienta de campaña electoral. **Observatorio (Obs*)**, v.10, n.2, 2016

MITOZO, I. B., MASSUCHIN, M. G., CARVALHO, F. C. Características do debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos nas eleições presidenciais de 2014. **Anais do VI Congresso da Compólitica**, Rio de Janeiro, 2015.

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere. **New Media & Society**, v.4, n.1, 2002. pp.9–27

SAMPAIO, R. C. Participação política e os potenciais democráticos da internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 29-53, janeiro/junho. 2010.

_____; BARROS, S. A. R. Deliberação no Jornalismo Online: um estudo dos comentários do Folha.com. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, jul/dez 2010. pp.183-202.